

Uma nova existência [Pousada do Alamal]

Texto crítico publicado na revista Arquitectura & Vida, nº 25, Março 2002, pp. 49-51

Por Arquitecto João Álvaro Rocha



Recuperar ou reabilitar um objecto ou um espaço implica uma pré-existência, melhor ou pior conservada fisicamente, mais ou menos relevante enquanto património histórico ou arquitectónico, mas também a consciência dos usos e das vivências por que passaram, que são tão relevantes para a sua interpretação quanto a sua evidência física.

Toda e qualquer intervenção a efectuar num edifício que pretenda ultrapassar a simples conservação deste implica sempre uma transformação, uma ruptura, um reforço ou uma inversão do sentido que o caracteriza e que pode materializar-se no recurso a novos materiais e métodos construtivos e também na sua adaptação a novos programas e a outras modos de o utilizar.

A atitude conceptual que usualmente é adoptada na reabilitação de um conjunto edificado para um uso diverso do inicial situa-se em posições opostas e contraditórias: por um lado, uma atitude conceptual que não é actuante, por isso mesmo sem capacidade transformadora, e que se resume a uma “colagem” integral à pré-existência, através da imitação, no novo, das suas características arquitectónicas; pelo contrário, uma outra atitude que elege o confronto directo entre tempos distintos de construção como matriz exclusiva de toda e qualquer actuação.

No entanto esse confronto quase sempre acontece de uma forma redutora, por vezes mesmo grosseira, limitando-se à evidência de colocar lado a lado duas linguagens arquitectónicas distintas sem qualquer principio conceptual inteligível que permita esclarecer o seu sentido.

Existe no entanto uma outra abordagem que, apesar de aparentemente conservadora, assenta numa metodologia que parte da interpretação rigorosa e multidisciplinar da pré-existência, nas suas componentes arquitectónicas, geográficas, ambientais, sociais e económicas, e se estabelece em continuidade com o passado, não elegendo a aparência, o aspecto exterior e visível, como elemento essencial à formulação de um conceito de intervenção. Isto, porque para além destes aspectos palpáveis e mensuráveis através de análises mais ou menos científicas, os lugares e os edifícios possuem uma outra dimensão que lhes é dada pelo imaginário colectivo e que se fundamenta nas particularidades, nas histórias contidas e nos acontecimentos acumulados na memória – enfim, tudo aquilo que numa visão mais romântica se poderia designar por “alma do lugar”.

As fachadas de um edifício, ou melhor, a sua visibilidade não constitui em exclusivo o aspecto mais importante ou mais verdadeiro de toda e qualquer operação de reabilitação - podem ser conservadas ou não, sendo certo que a “alma” do edifício reside sempre no seu interior, o que implica uma metodologia de intervenção que assente na observação do lugar, não para reproduzir ou perpetuar os seus valores formais mais aparentes, mas para melhor o compreender e poder explicar a sua transformação.

Não interessa introduzir ruptura quando não existem razões suficientes que a justifiquem e por isso a novidade não deve reduzir-se à adopção de um novo desenho, em si só estéril, mas

assentar na reinterpretação da estrutura espacial do edifício.

A memória/história constitui assim uma realidade irreversível e qualquer intervenção deverá procurar a sua génese na interpretação das “origens” da pré-existência, respeitando deste modo a sua “alma”.

Intervir num conjunto arquitectónico e natural com a dimensão histórica e cultural da Quinta do Alamal, confirma a validade desta postura essencial para a compreensão da sua especificidade, naquilo que a diferencia e no que determina relações particulares e únicas entre o construído e a natureza, entre o artifício arquitectónico e o “consumo” por parte dos utentes. Natureza que neste caso assume um protagonismo exuberante que se constitui como elemento fundamental no enquadramento do projecto.

É neste contexto que se podem evidenciar algumas das características do trabalho dos arquitectos Sofia Aleixo e Victor Mestre, tais como a exploração das potencialidades da pré-existência, no que se refere ao património natural e construído, através de um minucioso trabalho de recuperação.

Mas também é neste caso, mais do que isso, quando se arrisca na introdução de novos elementos arquitectónicos que, em estreito diálogo com os existentes, vão induzir uma nova leitura do conjunto.

Trata-se afinal de uma arquitectura que quer ser sensível, discreta mas atenta, e que não quer reduzir-se ou limitar-se exclusivamente à sua própria imagem consciente que está da força dos valores ambientais e paisagísticos que configuram o lugar.

Uma arquitectura que pretende ultrapassar a temporalidade do objecto arquitectónico para se reposicionar, através do diálogo com a natureza e da sua apropriação, no contexto de uma nova existência.

Porto, 23 Junho 2001